



OS CLARÕES DA LIBERDADE: OS IMPACTOS DAS NOTÍCIAS DA ABOLIÇÃO DO CEARÁ NO RIO DE JANEIRO (1884)

Lusirene Celestino França Ferreira¹

Em vinte e quatro de maio de 1883, data que marca a abolição da escravidão em Fortaleza, a capital da província do Ceará², Machado de Assis fez um prognóstico dos possíveis desdobramentos da abolição daquela província no Império do Brasil, utilizando-se da metáfora do pingo de liberdade que se espalharia por todo o território brasileiro: “A escravidão é a mancha negra. O Ceará inventou a mancha crystallina. Pingou a liberdade em um ponto do território; o pingo vai-se alargando e invadindo o resto. A mancha da escravidão é passageira, a da liberdade será eterna.”³

Para a maioria dos abolicionistas, a iniciativa da província cearense marcaria profundamente a sociedade da época. A emancipação total dos escravos no Ceará não havia se consumado ainda, entretanto, já figurava nas imaginações abolicionistas e na elite letrada da Corte e, quiçá, do mundo, como o grande evento que marcaria o final do século XIX.

As primeiras notícias que indicavam a data marcada para o fim da escravidão no Ceará, impressas nos jornais da Corte, foram divulgadas em meados do mês de janeiro de 1884, através de um telegrama publicado no *Jornal do Commercio*. Nesta publicação, a Sociedade Abolicionista Cearense anunciava a data da libertação total da província do Ceará e as comemorações que iriam ocorrer nas ruas da Corte⁴.

De fato, quanto mais se aproximava o dia em que seria decretado o fim da escravatura no Ceará, mais as instituições abolicionistas se mobilizavam para organizar diversas comemorações na cidade do Rio de Janeiro. No dia três de março de 1884, João Clapp, o presidente da Confederação

¹ Mestre em História e professora colaboradora da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas/FAPEAM. Este artigo é resultado das reflexões feitas na minha dissertação que teve apoio da bolsa da UFSJ. *Email*: lusireneufj@gmail.com

² *A Terra da Redempção*: órgão dos cearenses abolicionistas. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1883. Lembrando que o primeiro município do Ceará que aboliu a escravidão foi o Acarape no dia primeiro de janeiro de 1883 e a cidade de Fortaleza aboliu a escravidão em vinte e quatro de maio de 1883.

³ *A Terra da Redempção*: órgão dos cearenses abolicionistas. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1883.

⁴ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1884.



Abolicionista⁵, convida Miguel Archanjo Galvão para participar das festas que seriam realizadas pela Confederação para homenagear a libertação dos escravos na província cearense.

O dia 25 de março proximo, está marcado para a total libertação da provincia do Ceará.

Este facto, de um alcance que todos avaliarão, para este paiz, marcará no futuro uma nova data gloriosa. Importando elle, não só á Província do Ceará, mas todo o Brazil, como um grande exemplo, entendeu a Confederação Abolicionista da Côrte realizar n'esta capital, no Theatro Polytheama Fluminense durante três dias, festas populares commemorativas d'esses estrondoso acontecimento.

Neste intuito tem a honra de convidar a V. Ex^a e sua Ex^a familia para assistir a esses festejos, sollicitando o seu brilhante concurso, para a causa que se póde definir hoje como a aspiração nacional.⁶

Os abolicionistas da Corte queriam transformar a abolição do Ceará em um evento que marcaria para sempre a nação brasileira, sendo um exemplo que deveria ser seguido por todas as províncias do Império. No editorial da *Gazeta da Tarde* do dia doze de março, a redenção dos cativos do Ceará é aclamada como os “primeiros clarões” que marcariam a História do Brasil e seriam cognominados de “festa Nacional”.⁷ Edmar Morel pontua que houve uma grande comoção popular nas ruas da Corte com as festividades feitas em comemoração ao “Ceará Livre”, principalmente, com a presença do Jangadeiro José Francisco do Nascimento. Segundo Edmar Morel, “as ruas tomaram aspecto de festa: o povo aglomerava-se e a curiosidade era grande para ver Nascimento”.⁸

Impressos, circulação de notícias, medos e rumores

À medida que surgiram, nos jornais, as primeiras informações de que seria decretada, no dia 25 de março de 1884, a abolição da escravatura no Ceará, aumentou, também, o número de notícias relacionadas à questão servil, à escravidão, à abolição, à imigração, às revoltas e insurreições escravas, entre outros assuntos, nos periódicos da Corte.

⁵ A Confederação Abolicionista foi criada em maio de 1883 na redação da *Gazeta da Tarde* por diversos grupos contrários à escravidão. Segundo Conrad, a ideia de unir os diversos clubes abolicionistas em uma mesma associação ou aliança surgiu a partir de uma reunião em que estavam presentes João Clapp, José do Patrocínio e o Tenente Manoel Joaquim Pereira do Ceará, no Hotel Bragança no Rio de Janeiro. Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.234.

⁶ Acervo da Biblioteca Nacional - Manuscritos: *Cartas e outros escriptos. Centro, Sul e Norte e paizes estrangeiros*. Carta de João Clapp para Miguel Archanjo Galvão. Rio de Janeiro, 3 de março de 1884.

⁷ *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, 12 de março de 1884.

⁸ MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição*. São Paulo: Global, 1988, p.156.



Em vinte e dois de março de 1884, o jornal *Diário do Brazil*, periódico que defendia os interesses dos proprietários de escravos, trazia em suas páginas notícias que alarmavam sobre os perigos que a circulação de informações sobre a abolição do Ceará traria para a lavoura.

Perigo Social:

[...] Não se está vendo o que se dá com a grande festa *Nacional*?

Existindo, pois, o perigo social, como fica demonstrado, embora embryonario, cumpre tratar-se do antídoto antes que tome corpo e cresça.

Fujamos de toda e qualquer precipitação. Nada de imitar o magnanimo Ceará, o qual pauperrimo e exausto pela secca, depois de haver realizado o *valor* da parte *valiosa* de sua escravatura, lançou-se ao heróico commettimento de libertar o seu generoso solo da vergonhosa mancha com que até então vivera em santa paz, satisfeito e honrado. [...]

Quando factos destes são aceitos como objectos dignos de imitação e applausos, da-se indubitavelmente um largo passo na carreira do desconhecido e quiçá da ruina.

Decididamente o Ceará não pode servir de modelo. [...]

A palavra *emancipação* para os escravos não tem nem póde ter senão uma interpretação: - liberdade ampla e sem pêas de aceitar ou recusar trabalho como bem lhes aprouver [...].⁹ (grifos originais)

As principais preocupações e medos dos senhores de escravos estavam relacionadas com as notícias que circulavam na Corte e no interior da província fluminense sobre a libertação dos escravos no Ceará, uma vez que a ideia de um território livre em um país escravista abriria precedente para que o mesmo evento acontecesse em outras províncias do Império. Vários questionamentos entraram em pauta naquele momento: qual seria o impacto da recepção dessas notícias nas senzalas e cortiços em que viviam os escravos? E como eles se apropriariam dessas ideias? Tais questões permearam o imaginário de todos os habitantes do Rio de Janeiro. Para os escravocratas, essas notícias representavam um perigo para a sociedade, já que poderiam ocorrer revoltas de escravos e a consequente desorganização do trabalho servil, o que causaria muitos danos à economia brasileira. Dessa maneira, podemos dizer que o medo rondava a população do Rio de Janeiro e, também, das províncias que continham uma grande concentração de escravos. Com efeito, os anos finais da escravidão foram marcados por uma onda de medo de revoltas escravas que se espalhava por todas as áreas urbanas e rurais.¹⁰ Segundo Gomes,

⁹ *Diário do Brazil*, Rio de Janeiro, 22 de março de 1884.

¹⁰ Alguns autores também abordam essa temática do *medo* de revoltas escravas na sociedade escravista no século XIX, dentre estes, destacam-se os trabalhos de: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004; CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GOMES, Flávio dos Santos. *História, protesto e cultura política no Brasil escravista*. SOUZA, Jorge Prata de, (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998; e MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp / Edufjf, 1994.



Rumores de revoltas e levantes foram uma constante na história da escravidão no Brasil. Em todas as partes e épocas, autoridades e fazendeiros viveriam amedrontados com a possibilidade de eclosão de insurreições generalizadas. [...]. Outrossim, a história do medo de revoltas escravas tinha seus próprios contextos, determinações e desdobramentos.¹¹

As notícias que se reproduziam nos jornais e outros impressos tinham um alcance bem maior do que se imagina, elas conseguiam propagar rumores e expectativas nos quatro cantos do Brasil. É o que observaremos nesta notícia veiculada na coluna *Gazetilha do Jornal do Commercio*, no dia treze de fevereiro de 1884:

Escravos refugiados — tendo vários cidadãos da capital do Piauí representado contra o facto de refugiarem-se escravos daquela província na do Ceará, onde são acolhidos pela protecção dos habitantes, foi a representação enviada pelo ministério da agricultura ao dos negócios da Justiça, por tratar de objecto da competência desta repartição ministerial.¹²

A partir deste noticiário, podemos analisar alguns indícios das percepções políticas dos escravos. Tendo em vista que estes podiam ter conhecimento do que estava acontecendo em outras províncias, quiçá no mundo, faziam suas avaliações das notícias que eram publicadas nos jornais, apropriando-se delas, até mesmo, em benefício próprio e tirando proveito dessa situação a partir de suas percepções políticas.¹³ Tal notícia também pode ser um indício de que as ações desses escravos nas “províncias do Norte” eram correntes, mesmo antes da decretação da abolição no Ceará. Ao tecer considerações sobre a campanha abolicionista no Ceará, Conrad afirma que:

Ainda muito antes da conclusão da campanha de libertação do Ceará, os acontecimentos nessa província começaram afetando as regiões vizinhas. Em maio de 1883, o Ceará já era um refúgio de fugitivos das províncias vizinhas, com a área afetada espalhando-se para fora até que a atração da “Terra da Luz”, como Patrocínio lhe chamava, se fez sentir tão a sul quanto São Paulo. Queixas contra os protetores dos fugitivos, no Ceará, começaram vindo de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí, as três províncias com fronteiras com o Ceará, e os protestos depressa foram ouvidos até do longínquo Rio de Janeiro.¹⁴

Nos últimos anos da escravidão, os escravos protagonizaram várias experiências de liberdade. Em muitas delas, eles demonstraram que sua noção de liberdade não se limitava apenas em serem livres dos mandos e desmandos dos senhores, mas consistia, também, em impor a sua vontade em momentos de conflitos.¹⁵ Nesse sentido, os conflitos e as negociações faziam parte do

¹¹ GOMES, Flávio dos Santos. *Ibidem*, 1998. p.71.

¹² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1884.

¹³ Para saber mais sobre essa perspectiva que conecta diversas experiências de agentes históricos através do Atlântico, analisando os temores de revoltas escravas e suas repercussões, ver especialmente: GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências transatlânticas e significados locais: ideias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista*. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, nº13; V.7; jul. 2002, pp209-246.

¹⁴ CONRAD, Robert. *Op. cit.*, p.230.

¹⁵ Alguns trabalhos abordam o tema da polissemia do conceito de liberdade na sociedade escravista no século XIX, Ver, especialmente: CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte*.



cotidiano dos cativos. Ao fazer um estudo sobre a experiência dos escravos na Corte nos últimos anos do regime escravista, tendo a *cidade negra* como cenário principal dessas experiências de escravidão e liberdade, Chaloub aponta que:

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado [...] Em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a *política* – ou seja, a busca da liberdade – onde antes havia fundamentalmente a *rotina*.”¹⁶ (grifos originais)

É importante notar que a resistência escrava, por exemplo, não se limitava apenas a fugas, crimes e insurreições. Novos estudos demonstram que, por trás das ações de protestos dos escravos, havia interesses políticos que norteavam todas as suas ações, isto é, os escravos pensavam e agiam de acordo com lógicas próprias. Dessa forma, suas ações não eram irracionais, nem tampouco simples reações à opressão do regime escravista.¹⁷ Portanto, as práticas contestatórias dos escravos eram apenas algumas das formas de eles dizerem não e imporem seu ritmo nas negociações.

Um artigo de João Reis¹⁸ sobre uma greve de escravos na Bahia na metade dos Oitocentos demonstra que alguns cativos, principalmente, aqueles de ganho¹⁹, protestaram contra uma postura municipal que regulamentava seu trabalho nas ruas de Salvador. A motivação da greve estava relacionada com a lei de 1857 que tinha como objetivo controlar o trabalhador africano em Salvador. Tal postura obrigava os escravos a trazerem uma chapa de metal no pescoço sempre que estivessem no ganho. Segundo Reis, “mais do que rejeitar o controle do seu trabalho, os africanos rejeitavam aquela forma pacífica de controle. O uso das chapas era tido como humilhante. [...]. Se a argola punia o pecado da rebeldia, a chapa parecia punir o pecado da origem africana dos ganhadores.”²⁰

São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850*. Recife: UFPE, 1998.

¹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Ibidem*. p.186.

¹⁷ Dentre os estudos que abordam a temática da percepção política dos escravos e as múltiplas experiências escravas em busca da liberdade, ver: GOMES, Flávio dos Santos. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista.” SOUZA, Jorge Prata de, (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998; e MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp / Edufrj, 1994; CHALHOUB, Sidney. *Ibidem*, 1990.

¹⁸ REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: *Revista USP*. São Paulo, n.18, 1993, pp. 8-29.

¹⁹ Os escravos de ganho ou *ganhadores* eram escravos que tinham uma maior autonomia em relação aos que trabalhavam na lavoura, uma vez que eles trabalhavam nas ruas e só tinham que pagar o *jornal* para seus senhores. Muitos desses escravos moravam em cortiços nas cidades próximas de seus locais de trabalho. Essa era uma das facetas da escravidão urbana que forjava uma cultura escrava mais autônoma e ousada. Cf: REIS, João José. *Ibidem*, pp.9-10.

²⁰ REIS, João José. *Ibidem*, p. 24.



Assim, diante dessas medidas de controle social, os ganhadores de Salvador fizeram uma paralisação que durou uma semana, numa forma de protesto pacífico,—conseguiram fechar o comércio, afinal, tanto esta, como as diversas outras atividades urbanas dependiam da mão de obra negra. Certamente, os protestos dos cativos não se resumem simplesmente a movimentos de rebeldia, violência e revolta. São manifestações bem mais articuladas, que envolvem as percepções políticas específica desses trabalhadores. Os escravos tinham uma noção do que seria justo e injusto no mundo da escravidão e reivindicavam seus direitos quando era necessário.

Uma interessante notícia transcrita do *Monitor Campista* de Campos pelo *Jornal do Commercio*, no dia dez de fevereiro de 1884, sob título “Os escravos da fazenda de Santa Cruz”, demonstra como os cativos agiam na década de 1880. Eles lutavam por condições de vida melhores e aproveitavam a intensificação do movimento abolicionista e a discussão que se forjou em torno da questão servil para reivindicar, protestar e exigir um melhor tratamento no cativo.

Os escravos da fazenda Santa Cruz – Sob esta epigrafe noticia o *Monitor Campista*, de 6 do corrente.

“Hontem de manhã apresentarão-se nesta cidade cerca de trinta escravos da fazenda Santa Cruz, os quaes forao á casa do Sr. Dr. Juiz Municipal, João Pedro de Sabóia Bandeira de Mello, para pedir-lhe que fizesse e que voltasse para aquella fazenda dous escravos, como elles pertencentes ao Sr. Barão de Miranda, quês este separa delles e mandára para a outra fazenda de S. Gonçalo: dizendo mais que estavam prompts a servir ao seu senhor, mas desejavão estar todos juntos em Santa Cruz.

“O Sr. Dr. Juiz Municipal respondeu-lhes que não tinham seção nenhuma nesse caso, aconselhando-os a que voltassem para a fazenda e fazendo-lhes ver que o Sr. Barão de Miranda podia tê-los nesta ou naquela fazenda, como lhes parecesse, e que procurassem dar satisfação a seu senhor até que ficassem livres, pois segundo o acto do seu finado senhor commendador Julião Baptista Pereira de Almeida, só ficarão livres em 25 de dezembro de 1886.

“Estes escravos etão comprehendidos na disposição da carta que já publicamos a 9 de agosto do ano passado, e que hoje reproduzimos para **que se possa apreciar e jugar a opnião que tem corrido de que estão já livres.** O Sr. Barão de Miranda, tendo vindo à cidade, entendeu-se com o Sr. Delegado de policia em exercicio Affonso Osório, o qual mandou recolher alguns escravos á cadêa, e remeteu outros com uma escolta de policiaes para a fazenda Santa Cruz.

“Este acontecimento motivou hontem na cidade muitas versões e apreciações, **pois o espirito publico, com o vivo interesse, segue o curso dos acontecimentos que prendem á grande questão do dia;** e mais uma vez nesta occasião se tornou evidente a necessidade de ser a lei rigorosamente cumprida, tanto em prol do senhor como do escravo. [...]”²¹ (grifos nossos)

De fato, esses escravos negociavam a volta de seus companheiros de cativo, com a ideia de que já estavam libertos, tendo em vista que a futura alforria prometida por seu falecido senhor já lhes dariam direitos como tal. O jornal *Diário do Brazil* também anunciou, na coluna *Noticiário*, esse protesto dos escravos da fazenda Santa Cruz, mas com o título “Insubordinação de escravos”.

²¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro de 10 de fevereiro de 1884.



Com tons de denúncia, o jornal coloca a culpa desses protestos na propaganda abolicionista.²² Infelizmente, neste caso, os cativos do Barão de Miranda, que reivindicavam possíveis diretos que teriam como futuros libertos, não obtiveram êxito nas negociações. Porém, conseguiram despertar o interesse da opinião pública, já que o debate sobre a questão servil estava se acirrando mais ainda, em virtude das notícias e rumores que se espalhavam sobre a emancipação do Ceará e as festas abolicionistas que ocorreriam na Corte.

Alguns meses depois das referidas comemorações, as notícias sobre seus efeitos se reproduziam e circulavam em toda a província fluminense. Em abril de 1884, os ecos dos festejos abolicionistas ainda ressoavam em seu interior. A passeata que os cativos da fazenda da Glória, do município do Carmo, empreenderam deixou os ânimos dos proprietários de escravos muito exaltados. Para esses senhores, a manifestação já era o início da desorganização do trabalho servil. Além disso, o movimento abolicionista tomava proporções inesperadas e se espalhava cada vez mais por todos os cantos do Rio de Janeiro escravista. Embora a notícia não deixe claro em que cidade os escravos foram procurar os festejos abolicionistas, tendo em vista que a Corte era um pouco distante do município do Carmo, supomos que tenham ido para a cidade de Cantagalo, próxima do município do Carmo, para festejar ou saber mais informações sobre as festas abolicionistas que ocorreram na Corte em homenagem à abolição do Ceará.

Efeitos do abolicionismo

Lê-se no Correio Cantagallo:

As grande festanças do dia 25 de março em honra ao Ceará, a procissão da Jangada, a kermesse e o mais, já vão produzindo os seus necessários resultados, attenta a inércia, em que ficamos ante os preparativos perversos dos mal intencionados.

A desorganização do trabalho começa pela insubordinação dos escravos; por enquanto é a revolta habitual pela fuga, mas em grandes turmas, amanhã o que será?

Hontem chegaram á esta cidade 21 escravos da fazenda da Glória do Município do Carmo e procuram o Dr. Damasceno, certamente por terem ouvido contar que S. S fora festejado aqui <<no grande dia do Ceará>> e portanto seria o mais propicio á seus intuitos: infelizmente porém para elles, o Dr. Damasceno acolheu-os á cadêa da Cidade, de onde devem sahir para serem entregues á seu senhor.

Durante essa passeata, o serviço da fazenda que se atraze; e renove-se ella, multiplique-se e estenda-se; e ahi está desorganizado o trabalho.

Cumpre por cobro a esse estado de cousas: unam-se os lavradores, o comercio, que é tão interessado como elles, deve estar prompto á adherir liga.

Forme-se a liga <<da ordem>>, que os adeptos são numerosos e fortes e a liga será invencível.

Já está se formando em vários pontos desta província e da província de São Paulo, clubs da ordem, constituamos também o nosso neste município: vai nisso a salvação de nossa vida e fortuna e a salvação do Estado.²³

²² *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 10 de fevereiro de 1884.

²³ *Diário do Brazil*, Rio de Janeiro de 23 de abril de 1884.



Esta citação é interessante para apreendermos como foi a apropriação das notícias relacionadas à abolição do Ceará pelos escravos no Rio de Janeiro. Sendo assim, algumas reflexões são importantes para pensarmos a relação entre tais escravos e os impressos que circulavam e eram apropriados e ressignificados, cotidianamente, na sociedade escravista. Primeiramente, como eles souberam das festas em homenagem à libertação dos cativos do Ceará? E por que eles procuraram uma autoridade para ter informações sobre esses eventos?

O noticiário em questão pode ser revelador de muitas nuances do processo histórico da repercussão da abolição da província do norte no Rio de Janeiro. Dessa forma, podemos propor que não havia um fosso entre os escravos e as palavras impressas, já que essas notícias que circularam nos jornais chegaram, de alguma forma, até aos ouvidos desses cativos. Eles, por sua vez, se apropriaram de tais informações, para mostrarem-se solidários com os cativos do Ceará e comemorar, também, o prenúncio de bons tempos que surgiriam em suas vidas, a partir desse novo cenário que acabara de se formar com a abolição na província cearense. Além disso, o fato de eles procurarem os festejos abolicionistas pode ser um indício de que era costume dos escravos organizarem, promoverem e participarem de festas específicas. Quanto ao fato de buscarem uma autoridade para saber mais informações sobre os festejos, seria este mais um aspecto que envolvia as percepções políticas dos escravos, haja visto que os próprios viam as autoridades como mediadores das relações entre senhores e cativos. Segundo Sidney Chalhoub, era muito comum os negros que cometiam crimes se entregarem à polícia ou à justiça. Um dos motivos que os levava à recorrer às autoridades era a tentativa de fugir do cativo. Muitos deles cumpriam suas penas nas galés e, várias vezes, o Imperador perdoava condenações de morte e os deixava cumpri-las em galés perpétuas. Na verdade, as galés eram mais uma das estratégias dos escravos para fugirem dos trabalhos insalubres das fazendas.²⁴

Neste ponto, pretendemos traçar como objetivo central as ações dos agentes históricos mediadas pelo cruzamento entre a cultura escrita e a oral, trazendo novas perspectivas de abordagens, que enfatizam a recepção dessas notícias e o impacto desse acontecimento na Corte. É importante ressaltar que, ao se relacionar as culturas escrita e oral, abre-se um campo de possibilidades para resgatar as ações dos escravos nesse processo histórico. Segundo Marco Morel e Mariana Barros:

²⁴ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, pp.176-179.



Pode-se sugerir que os escravos, ainda que não aparecessem como sujeitos com voz própria nas páginas impressas, podiam ser leitores, diretos ou indiretos, da imprensa, fazendo releituras próprias, recebendo, elaborando e retransmitindo as notícias e os informes. [...] Fica aberta a possibilidade de pensar num caminho de mão dupla, em que os cativos eram não apenas objetos ou tinham suas vidas influenciadas pelos impressos, mas também deixavam suas marcas na imprensa, de diferentes maneiras, fosse como mercadoria ou como agentes históricos.²⁵

Neste ponto de intersecção entre oralidade e imprensa, é importante destacar as práticas de leitura, que remetem tanto às leituras individuais, quanto às coletivas, em voz alta, nos locais públicos, como importante eixo para relacionar as experiências dos escravos com as palavras impressas.

Em um estudo sobre a “cultura radical” dos trabalhadores ingleses no início do século XIX, Thompson observou que os operários analfabetos procuravam bares e lugares onde as pessoas liam os jornais em voz alta para saber informações sobre política. Dessa forma, ficavam informados e conseguiam participar das discussões que eram impressas nos jornais. Assim sendo, o analfabetismo não era um empecilho para os trabalhadores participarem do debate político.

Os trabalhadores analfabetos podiam andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão. Em períodos de fermentação política, os analfabetos pediriam aos companheiros de trabalho que lessem os periódicos em voz alta; lia-se o jornal nas pensões dos artífices, e nas reuniões políticas gastava-se um tempo imenso com a leitura de discursos e a aprovação de longas séries de resoluções.²⁶

Não só na Inglaterra havia o costume de práticas de leituras coletivas. Os jornais eram discutidos nas esquinas, bares, tavernas, reuniões, enfim, havia diversos lugares na cidade do Rio de Janeiro em que se liam os jornais em público e todos podiam ouvir, até mesmo os escravos. Carl Von Koseritz, alemão radicado na província do Rio Grande do Sul, na qual exercia a profissão de jornalista, em uma de suas viagens pelo Rio de Janeiro, em 1883, notou que as notícias eram anunciadas aos gritos em plena rua pelos vendedores de jornais. “Simplesmente insuportável é o sofrimento com os vendedores de jornal, engraxates e vendedores de bilhetes. Perambulam pela rua milhares e milhares de rapazinhos italianos, negros e mulatos, que deixam quase surdos com a gritaria [...]”.²⁷

²⁵ MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. pp.97-98.

²⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores*. Tradução: Denise Bottmann. 2ª edição. V. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989, pp.304-305.

²⁷ KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p.56.



Assim, podemos supor que as informações impressas nos jornais eram lidas e apropriadas cotidianamente pelos diversos agentes sociais, sendo estes tanto as pessoas que sabiam ler, quanto os analfabetos.

No dia três de julho de 1884, em um artigo do jornal *Brazil*, periódico que afirmava ter uma posição conservadora diante da questão servil e intitulava-se órgão do partido conservador, observamos um pouco mais dessa cultura política dos escravos e dos abolicionistas. O artigo que levava o título “O abolicionismo – perigo imminente” trazia mais revelações sobre as relações entre os escravos e os abolicionistas, a circulação de notícias no interior da província e a mobilização dos cativos perante o movimento por sua libertação.

Terminamos o ultimo artigo sobre a questão servil com estas considerações:

“o órgão abolicionista desta capital, aqui no meio desta cidade, que se acredita civilizada, prega em artigos editoriais o assassinato dos lavradores como um direito de represália dos escravos, excita *greves*, aconselha a fuga e defende desordeiros, como esses de Campos, que em conferencias aos domingos no meio dos escravos, lhes ensina estar a fortuna dos senhores dentro de uma caixa de phosphosros, pois basta incendiar-lhes os cannaviaes para reduzi-los á miséria! [...]”

O jornaes registram todos os dias, e cada vez mais frequentemente, factos graves ocorridos no interior. Ha pouco, em Campos, mais de 20 escravos sahiram de uma fazenda a procurar os abolicionistas daquella cidade para elles se entregarem.

A autoridade felizmente os fez voltar. Agora em uma fazenda no município de Magdalena, no Rio de Janeiro o mesmo acontece.

Si as coisas continuarem como vemos, estes successo ir-se-hão repetindo com maior frequencia.

Não são mais factos isolados, o assassinato, a fuga, mas o concerto em massa dos operários, que deixam as lavouras, seduzidos pela propaganda. [...]

Qualquer que seja o silencio dos jornaes serios, força é confessar que o órgão do abolicionismo circula em profusão. [...]

O jornal é lido por toda parte e em rodas de escravos, é levado para o interior pelos pequenos negociantes, os reconveiros, os vendelhões e os mascates, que estando em contacto com escravos e fazendo com elles o seu negócio, procuram captar-lhes a sympathias.

Mesmo entre os escravos muitos sabem ler e naturalmente se deleitam em ver taes doutrinas e taes conselhos em letra redonda [...].²⁸ (grifos originais)

Essa notícia apresenta importantes informações sobre o movimento abolicionista na província do Rio de Janeiro. Uma vez que nos deparamos com o cenário das regiões das grandes *plantations* escravas na província fluminense, novamente vemos o medo das fugas de escravos em massa como motivo de denúncias nos jornais da Corte. Tais denúncias, que se espalhavam muito rápidas no interior das senzalas e nos centros urbanos, aumentavam mais ainda os temores de insurreições escravas.

A circulação de notícias sobre o movimento antiescravista atraía o interesse da população cativa, liberta e livre de toda a província fluminense e da Corte. Não eram apenas os abolicionistas

²⁸ *Brazil*, Rio de Janeiro de 3 de julho de 1884.



que se reuniam nos diversos *clubs* e associações para discutir sobre os caminhos do fim da escravidão. Mais do que isso, a notícia acima ainda denuncia as reuniões que os abolicionistas e os escravos faziam aos domingos. É mais um indício de que os escravos acompanhavam os acontecimentos em sua volta e conseguiam obter informações sobre o andamento da campanha abolicionista, fosse através de algum contato com os impressos, ou de agentes sociais que faziam o papel de mediadores, como os diversos negociantes que circulavam entre o meio urbano e rural, levando mercadorias e informações para o interior da província. O texto do jornal *Brazil* alertava para esse fato, já que “o jornal é lido por toda a parte e em rodas de escravos, é levado para o interior pelos pequenos negociantes”. Quanto à circulação de notícias e à relação entre a escravidão urbana e rural, Nielson Bezerra pontua que havia uma estreita confluência entre aspectos dessas duas no recôncavo do Rio de Janeiro, “caracterizado pela circulação de agentes sociais que mantinham um trânsito constante entre a cidade e as fazendas”²⁹. Este autor afirma, ainda, que “as distinções entre a escravidão urbana e a escravidão rural que a historiografia apresenta não implicam um isolamento entre dois mundos. As informações circulavam a ponto de escravos da cidade tomarem conhecimento detalhado sobre o mundo rural.”³⁰

E podemos afirmar que o contrário também acontecia, os escravos das fazendas sabiam dos acontecimentos da cidade. Como exemplo, podemos lembrar os da fazenda da Glória, do município do Carmo, que procuraram saber onde estavam acontecendo os festejos em homenagem à abolição do Ceará.

Nesse período, diversas ações dos escravos em busca da liberdade foram noticiadas cotidianamente nos jornais da Corte. A maioria delas vinha das regiões de *plantations* do interior fluminense. As desordens nas senzalas foram uma das maiores preocupações senhoriais. A repercussão da abolição do Ceará no interior do Rio de Janeiro escravista foi marcada por tensões sociais intensas, principalmente, devido ao aumento das fugas dos escravos e à desorganização do trabalho servil, que aumentava cada vez mais os medos e rumores de insurreições por todos os cantos da província. No dia nove de maio de 1884, os jornais da Corte que apoiavam o movimento da lavoura contra a campanha abolicionista alertaram sobre os perigos que poderiam aparecer logo após a libertação da província do Ceará: “[...] a emminência do perigo que acaba de ameaçar-nos

²⁹BEZERRA, Nielson Rosa. “As chaves da liberdade: entre crimes e negociações”. In: *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. Niterói: EdUFF, 2008, p.113.

³⁰BEZERRA, Nielson Rosa. *Ibidem*, p. 113.



aconselha á lavoura que para o futuro não se deixe apanhar-se desprevenida. O exemplo do Ceará demonstra que o menor descuido ou falta de vigilancia pode acarretar conseqüências e irremediáveis”.³¹

Em janeiro do mesmo ano, uma notícia sobre uma reunião de fazendeiros em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, realizada pelo Barão de Miranda, convocava os fazendeiros do município “para tratar do desenvolvimento da lavoura por meio da introdução de colonos e para pedir ao Governo providencias contra os abusos que nesse município se tem dado com a libertação dos escravos”.³² Como o abolicionismo em Campos³³ era muito avançado em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, os fazendeiros tentavam combater os possíveis eventos que causariam desordens na lavoura, organizando-se, através dos *clubs* da lavoura³⁴, para combater os efeitos da propaganda abolicionista.

Em maio de 1884, o noticiário do *Diario do Brazil* anunciava que os efeitos do abolicionismo já se reproduziam no interior fluminense, fazendo, constantemente, reclames e denúncias de crimes e fugas de escravos em suas páginas. Desta forma, o jornal pretendia fazer uma propaganda contra o abolicionismo e criar uma imagem negativa desse movimento social, relacionando-o com as revoltas e insurreições dos cativos que assolavam o interior fluminense.

A gazeta do districto de Campos publicou o seguinte:

Triunpho, 6 de maio - Hontem á noite fugirão da fazenda Santo Ignacio do Sr. Commendador Fragozo Moraes, 16 escravos, que passaram por aqui todos armados. Dizem que não querem mais servir.³⁵

As rebeliões, fugas e a criminalidade escrava eram noticiadas em tons de denúncia no jornal *Diario do Brazil*. Havia até uma coluna específica chamada “Scenas do abolicionismo”, que mostrava apenas notícias sobre sublevações dos escravos.

³¹ *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 9 de maio de 1884.

³² *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 4 de Janeiro de 1884.

³³ Para saber mais sobre o abolicionismo na cidade de Campos, ver especialmente: LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

³⁴ Em junho de 1884, Louis Couty, médico francês que morava no Brasil desde 1878 e era professor na Escola Politécnica e no Museu do Rio de Janeiro, afirmou que os *Clubes da Lavoura* foram criados a partir da iniciativa privada dos fazendeiros. A iniciativa de criação desses *clubs* era paulista e a primeira associação desse tipo tinha sede em Campinas. Assim que a ideia de uma abolição imediata entrou na pauta dos abolicionistas, os proprietários de escravos se reuniram e, rapidamente, as associações dos fazendeiros se proliferaram no interior das províncias do Sudeste. Segundo Couty, os grandes proprietários se reuniram e “protestaram contra os exageros de um abolicionismo sentimental que, dando aos negros a esperança de uma mudança imediata, põem em perigo a vida dos fazendeiros e do País”. Cf: COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p.245.

³⁵ *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 11 de maio de 1884.



Em meados de abril e no início de maio de 1884, o assassinato de um fazendeiro foi incessantemente anunciado nos jornais da Corte. Nas publicações “a pedido” do *Jornal do Commercio*, a notícia informa que o fazendeiro José Maria da Costa, um “abastado fazendeiro e conhecido capitalista e negociante desta praça”, tinha sido assassinado por seus escravos, que estavam sendo influenciados pela propaganda abolicionista a intentar contra a vida de seus senhores.³⁶ O noticiário do jornal *Diario do Brazil* também informou sobre a morte do fazendeiro da Vargem Grande através de telegrama, informando que os escravos que mataram seu senhor se entregaram às autoridades.³⁷ No dia primeiro de maio, os ecos do assassinato de José Maria da Costa ainda se reproduziam na imprensa da Corte, a nova notícia dava mais informações:

Scenas do abolicionismo: eis os pormenores do assassinato de que ha dias tivemos conhecimento por telegramma, do infeliz fazendeiro José Maria da Costa pelos escravos AGOSTINHO, ESTEVÃO e ANANCIO.

[...]

Consta que o Sr. José Maria da Costa reformou a pouco o seu testamento, no qual são agraciados com a liberdade e a quantia de 200\$000 sete dos seus escravos, verificando-se ser seu assassino um dos contemplados.³⁸

As notícias que se reproduziram sobre o homicídio de senhores de escravos aumentavam a cada dia e causavam rumores e medos de insubordinação de cativos por toda a província. Em três de maio, o *Jornal do Commercio* voltava ao assunto:

Rezende – Escrevem-nos em data de hontem:

“O Dr. Chefe de polícia prosegue no inquérito sobre o facto ocorrido no dia 30. O carcereiro e praças da Guarda da cadeia reconhecerão alguns dos indivíduos do grupo. **A população tem estado sobressaltada com os boatos que se tem espalhado nas duas noites passadas, em relação a insubordinação de escravos**, mas nada ocorreu por enquanto. Hontem à noite, o delegado de polícia recebeu a comunicação de que os escravos da fazenda do finado José Maria da Costa não estavam de boa caturra. A população do lado dos Campos Elysios tem estado apavorada e à noite vem para a cidade, porque ahi julga-se mais garantida, [...]”³⁹ (grifos nossos)

Como vimos, havia uma constante preocupação de como ficaria a situação dos cativos diante da enorme divulgação de notícias sobre o fim da escravatura. E a atmosfera de conflitos que se instaurou depois da repercussão da Abolição no Ceará nos jornais da Corte continuou circulando em várias paragens nos anos que antecederam à decretação da lei de 13 de maio de 1888.

³⁶ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro de 27 de abril de 1884.

³⁷ *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 27 de abril de 1884.

³⁸ *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 01 de maio de 1884.

³⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro de 03 de maio de 1884.



O estudo de Hebe Castro⁴⁰ demonstra o quanto foram repletos de incertezas e conflitos os debates que se travaram na imprensa em torno do elemento servil e da abolição imediata nos anos finais da década de 1880. Na terceira parte do livro (“O fantasma da desordem”)⁴¹, a autora descortina as regiões do interior das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais através das folhas interioranas⁴², buscando resgatar as expectativas senhoriais sobre o impacto da liberdade na iminência da extinção do cativo. Hebe Castro observou que os anos finais da escravidão foram marcados pelas fugas em massa dos escravos e a desordem nas fazendas, principalmente, a partir de 1887. Apesar de muitos senhores terem se convertido à causa da liberdade nos últimos anos da escravidão, o aspecto que mais caracterizou a conjuntura da abolição foi o sentido de surpresa e imprevisibilidade que os contemporâneos deram aos acontecimentos.

Em relação às fugas e revoltas de escravos, Célia Marinho⁴³ afirmou que, a partir de 1870, a criminalidade escrava já preocupava as autoridades da província de São Paulo. Os relatórios dos chefes de polícia aos presidentes de província estavam pontilhados dessas lutas cotidianas dos cativos em busca da liberdade. Logo, “enquanto os anos 1870 revelam-se marcados pelos crimes feitos individualmente ou em pequenos grupos de escravos, os primeiros anos da década de 1880 primam pelas revoltas coletivas ou insurreições, registradas em fazendas de diversos municípios”.⁴⁴ Individualmente ou coletivamente, eles não queriam esperar a “abolição gradual” que estava sendo debatida no Parlamento. O “não quero” dos escravos deixaram as fazendas despovoadas e a emancipação era a única solução encontrada pelos senhores para evitar as desordens e o caos.

Já na obra *O Plano e o Pânico*, Maria Helena Machado aborda os movimentos sociais na década da abolição, investigando não somente as ações e a propaganda dos abolicionistas urbanos e da elite letrada – quase sempre, destacados pela historiografia –, mas demonstrando a gestação de uma atmosfera política de conflitos que invadia as senzalas e as fazendas e amedrontava parlamentares e viajantes estrangeiros. A autora percorre os caminhos sinuosos da propaganda abolicionista, abordando a criminalidade escrava, os rumores de sublevações e as denúncias de planos de insurreição escravas em São Paulo, especialmente, no Vale do Paraíba, através de fontes

⁴⁰ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁴¹ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Ibidem*, pp.229-306.

⁴² Os jornais analisados por Hebe Castro neste capítulo foram: *O Monitor Campista* (Campos, RJ); *Correio de Cantagalo* (Cantagalo, RJ); *O Voto Livre* (Cantagalo, RJ); *O Monitor Sul-Mineiro* (Campanha, MG); *Gazeta Sul-Mineira* (São João Del Rei, MG); e por último o *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, RJ).

⁴³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. cit.* 2004, pp. 152-183.

⁴⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Ibidem*, p. 171.



diversas – documentação policial, registros cartoriais, relatórios públicos, entre outras. Além disso, busca resgatar uma multivocalidade – através dos registros oficiais – de vozes dissonantes e dos significados delas, assim como seus protagonistas. Contrapondo a ideia banalizada de rebeldia escrava, Maria Helena Machado analisa como os protestos dos cativos estavam inseridos em uma atmosfera política específica, posto que fossem fruto de ações e percepções articuladas com o contexto da época – leia-se extinção do tráfico, debates parlamentares sobre o ventre livre e o fim da escravidão, guerra do Paraguai, guerra civil nos EUA, etc.⁴⁵

Desta forma, ela ainda apontou que o movimento abolicionista não era apenas urbano, e que, em meados da década de 80 já havia transbordado para a zona rural, espalhando suas ideias pelas senzalas e fazendas, que tinham como adeptos os escravos, os libertos e os abolicionistas radicais.⁴⁶

Era o cenário da abolição que se descortinava no Império do Brasil, complexo e repleto de tensões sociais intensas, fazendo com que o debate em torno da questão servil acelerasse o processo de emancipação dos escravos.

Os silêncios da imprensa

É interessante notar que as várias notícias que encontramos nos periódicos da Corte sobre insubordinação de cativos foram publicadas nos jornais que defendiam os interesses senhoriais. Os silêncios da imprensa abolicionista quanto à divulgação das notícias relacionadas às revoltas escravas foi motivo de preocupação das colunas e editoriais do *Diario do Brazil*.

O abolicionismo e a imprensa

Lê-se na Gazeta da Bahia

“O governo é o primeiro a ameaçar os senhores de escravos, que vendo imminente espoliação de sua propriedade, acham se expostos a todos os perigos e abandonados de todos os recursos, ainda os que mais imediatamente as leis lhe garantem.

Os especuladores aproveitam a aragem oficial para á sombra d’ella soprarem a anarquia, pregando a rebelião, a fuga e até mesmo o assassinato dos senhores, como há poucos dias se ouviu em uma festa de um arrebalde desta cidade, partindo o grito de morte de um funcionario publico, na intimidade do Governo.

Quaes seriam as conseqüências do **silêncio da imprensa em taes circunstancias?** Fazer se ella cúmplice dos anarchistas.

Querem o **silêncio da imprensa** para pôr essa prática os celebres processos abolicionistas do Ceará; é muito fácil desencaminhar e acoitar escravos, se em volta d’esses manejos se estabelece o mysterio. [...]”⁴⁷ (grifos nossos)

⁴⁵ MACHADO, Maria Helena. Op. cit. pp. 143-158.

⁴⁶ MACHADO, Maria Helena. Ibidem, p.17.

⁴⁷ *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro de 10 de setembro de 1884.



Os jornais que apoiavam o movimento dos *Clubs* da Lavoura acusavam os abolicionistas de promoverem as insubordinações escravas, através da propaganda. Outra queixa apresentada contra os jornais de tendência antiescravista era que eles não divulgavam e publicavam as notícias sobre as desordens escravas nas fazendas, como estratégia para conseguirem mais adeptos ao movimento abolicionista.

De fato, ao folhearmos as páginas desses periódicos, não encontramos nenhuma notícia que se referisse às fugas ou insubordinações dos escravos. Certamente, essas ações não dariam uma boa imagem para o movimento, já que os ideais antiescravistas propagavam um movimento pacífico e defendiam a abolição da escravidão pela ordem, e não a partir de revoltas.

Com efeito, a constante divulgação de notícias sobre fugas e revoltas não só alarmavam a população da criminalidade escrava, mas, sobretudo, criavam um clima de fim da escravidão. Certamente, a inevitabilidade da abolição se tornava mais presente nos discursos dos abolicionistas e, também, dos escravocratas. A maioria percebia que o fim do regime escravista estava próximo, e as fugas em massa davam o tom desse cenário.

Os periódicos abolicionistas também fizeram críticas aos jornais que defendiam os interesses da lavoura. Um artigo assinado por Julio Dast, da *Revista Illustrada*⁴⁸, acusava alguns jornais de estarem fazendo uma campanha contra os escravos: “Há nada mais repugnante do que esse espetáculo que nos dão cada dia o *Diario do Brazil* folha liberal e o *Brazil* órgão do partido conservador, atacados da mesma negrophobia! Não é sinceramente ridículo esse conluio, contra o escravo, entre duas folhas de política diferente?”⁴⁹

A tomada de posições na imprensa, sendo a favor ou contra o abolicionismo, estava em pauta nas discussões da elite letrada da época. Na edição da comemoração do primeiro aniversário da libertação dos escravos da província do Ceará, Araripe Junior, no periódico *A terra da*

⁴⁸Segundo Sodré, a *Revista Illustrada*, que começou a circular no ano de 1876, apresentava características satíricas e humorísticas com suas ilustrações, tendo como redator chefe Angelo Agostini, que ficou conhecido pelas suas caricaturas. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966, p.254. Marcelo Balaban apontou que a *Revista Illustrada*, sob o comando de Angelo Agostini, não era apenas uma revista cômica de caricaturas, ela participava ativamente do debate político, em suas páginas eram discutidos diversos assuntos, dentre estes, as questões sociais da cidade, as epidemias, a falta de água, etc. De fato, a pauta da revista estava centrada nos debates políticos, nas discussões parlamentares, nos atos do Imperador e no movimento abolicionista. Cf. BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: A trajetória de Angelo Agostinho no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-868*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005, pp.249-250; Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375076>. Acesso em: 01 de abril de 2010.

⁴⁹ *Revista Illustrada*, ano 9. N. 376. 1884.s.d.



redenção, fez um retrospecto da repercussão daquele evento nas ruas da Corte, com o intuito de refletir sobre a colaboração da imprensa.

[...] Acresce que n'esta Côrte nunca um facto repercutiu tão retumbante como o do advento da liberdade no Ceará.

Exceptuando o *Diario do Brazil e Brazil*, órgãos accentuados do pensamento negreiro, a imprensa foi unânime no seu entusiasmo. Inúmeras comemorações apareceram entoando hosannas, não houve corporação que não concorresse com o seu contingente para a enorme ovação à *Terra dos livres*.

[...]

Todos, pois, se convenceram de que nada mais faltava para decretar-se a abolição total dos escravos no Brazil. O próprio *Jornal do Commercio*, sahindo da sua natural reserva, deixou-se comunicar pelo entusiasmo geral e publicou em artigo de fundo estas sollemnes palavras de adesão ao movimento – “que se não podia deixar de applaudir a pacifica solução dada pelo Ceará, que constituia um verdadeiro *bloqueio moral* – que nunca a constituição do Império tivera tão grata commemoração, a constituição que não se maculara com a palavra escravo”. [...]⁵⁰

Neste artigo, Araripe Junior ressalta o apoio que a imprensa e as associações da Corte deram ao movimento abolicionista do Ceará em 1884. Contudo, nem todos os jornais comemoraram com entusiasmo a iniciativa cearense, já que o *Diário do Brazil* e o *Brazil* fizeram questão de se destacarem pela forte oposição ao movimento antiescravista da Corte. Apesar de esses jornais empreenderem uma propaganda contra a extinção imediata do cativo, na verdade, tanto a imprensa abolicionista, quanto aquela que apoiava os interesses da lavoura queriam evitar ao máximo a desorganização do trabalho servil e impedir as revoltas escravas.

Em sua tese de doutorado, Humberto Machado aponta que os discursos abolicionistas queriam abafar ou controlar os “brados” dos escravos.⁵¹ De certa forma, eles preferiam demonstrar, nas páginas dos jornais, através da retórica abolicionista, os malefícios do escravismo, ao invés de dar destaque às ações dos escravos em busca da liberdade.

Apesar da propaganda abolicionista nos periódicos e nas ruas ter contribuído para a eliminação do cativo, a condução do movimento antiescravista dentro da ordem era a base de seus discursos. Afinal de contas, ele não lutava por mudanças ou ruptura radical, mas por uma reforma da sociedade.⁵² As ideias reformistas dos abolicionistas eram um dos assuntos mais debatidos na época, tanto pela elite letrada, quanto por viajantes estrangeiros. Em vinte e sete de março de 1884, Louis Couty, ao fazer considerações sobre a abolição no Ceará, afirmou que “somente duas grandes reformas recíprocas, a imigração e a libertação, podem encerrar definitiva e

⁵⁰ *A terra da redenção*: órgão dos cearenses abolicionistas. Rio de Janeiro, 25 de março de 1885.

⁵¹ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados*: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991, pp.222-223.

⁵² MACHADO, Humberto Fernandes. *Ibidem*, pp.245-253.



pacificamente, sem revolução e sem ruínas, uma era nociva aos progressos internos do País [...]”.⁵³ Desta forma, a emancipação geral do Brasil não causaria danos à sociedade e o projeto imigrantista seria o primeiro passo para as reformas do escravismo.

As reformas da escravidão se impõem e o exemplo do Ceará demonstra que são urgentes. As festas de hoje são também a melhor prova de que essas reformas, feitas com a ajuda de todos, serão fáceis e úteis se soubermos projetá-las e dirigi-las. Em todo caso o movimento iniciou-se. Ninguém pode pensar em diminuir a sua marcha ou interrompê-lo.

Querendo ou não, este movimento será tão rápido que dentro de poucos anos o Brasil poderá festejar uma data que será cara a todos os povos latinos, promulgando uma lei definitiva de emancipação.⁵⁴

A partir do relato deste contemporâneo, notamos que a abolição no Ceará foi vista como um momento decisivo nos rumos da abolição no Império. As reformas eram uma realidade, não poderiam mais esperar, e o exemplo do Ceará tinha acelerado esse processo. A necessidade de marcar uma data para o fim legal da escravidão era sondada como uma solução viável para resolver a questão, mas esse processo deveria ser conduzido pelo Governo dentro da ordem e sem perturbações para a sociedade.

Bibliografia

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 2ª edição. São Paulo: annablume, 2004.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: A trajetória de Angelo Agostinho no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-868*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375076>. Acesso em: 01 de abril de 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. As chaves da liberdade: entre crimes e negociações. In: *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. Niterói: EdUFF, 2008.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850*. Recife: UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁵³ COUTY, Louis. Op. cit. p.186.

⁵⁴ COUTY, Louis. Ibidem, p.186.



CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das Últimas Décadas da Escravidão da Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

GOMES, Flávio dos Santos. História, protesto e cultura política no Brasil escravista. In: SOUZA, Jorge Prata de, (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

_____, Flávio dos Santos. Experiências transatlânticas e significados locais: ideias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, nº13; V.7; 2002.

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas: Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.

MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição*. São Paulo: Global, 1988.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: *Revista USP*. São Paulo, n.18, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores*. Tradução: Denise Bottmann. 2ª edição. V. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.